

9 CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO CELAM

**AMÉRICA
LATINA:
AÇÃO
E
PASTORAL
SOCIAIS**

DRICELP
DOCEL
No.9

05

DOCUMENTOS CELAM

Este documento nº 9 é de responsabilidade
do **DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
DO CELAM.**

Praça da Sé, 1 — Salvador (Bahia).

Capa: Rogério Duarte

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO
CELAM

América Latina: Ação e Pastoral Sociais

(Conclusões de Itapoã)

Texto complementar às Conclusões de Mar del Plata

126d)

INSTITUTO TEOLÓGICO
Pastoral e CELAM
Biblioteca



Editôra VOZES Limitada
Petrópolis, RJ
1968

Conclusões do Encontro de Presidentes de Comissões
Episcopais de Ação Social, realizado em Itapoã
(Salvador - Bahia), de 12 a 19 de maio de 1968.

Tradução de
FREI ODILON ORTH

I M P R I M A T U R
Por comissão especial do Exmo. e Revmo. Sr.
Dom Manuel Pedro da Cunha Cintra,
Frei Bruno Fuchs, O.F.M.
Petrópolis, 28-8-1968.

Copyright © da tradução
portuguêsa by Editôra VOZES Limitada

*«A Igreja conduzida pelo Espírito Santo...
pretende sômente uma coisa: continuar a
obra do próprio Cristo... dar testemunho da
verdade, para salvar e não para condenar,
para servir e não para ser servida. Para
desempenhar tal missão, a Igreja, a todo
momento, tem o dever de perscrutar os sinais
dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho,
de tal modo que possa responder, de maneira
adaptada a cada geração, às interrogações
eternas da humanidade... conhecer e entender
o mundo no qual vivemos, suas esperanças,
suas aspirações e sua índole freqüentemente
dramática» (Gaudium et Spes, n.3b e 4).*

*«Uma pastoral para a comunidade deverá incluir
outrossim um decidido apoio para uma específica
ação social. A consciência de ser e de querer ser
homem no nosso tempo nos fará conhecer
também a necessidade imperiosa e a medida justa
da nossa participação humilde mas sincera na
solução dos problemas humanos da hora que vivemos»*

(Paulo VI ao Episcopado Latino-Americano,
novembro de 1965; cf. REB XXVI, p.152).

Sumário

Introdução	9
I. Reflexão Teológica sobre o Desenvolvimento	17
Preâmbulo	17
Desenvolvimento e Integração	23
II. A Igreja e a Integração da América Latina	23
III. Reformas Básicas para a Transformação das Estruturas	25
IV. Problemas Populacionais	34
Aspectos Prioritários da Contribuição da Igreja para o De- senvolvimento e Integração da América Latina	37
V. Formação dos Quadros para o Desenvolvimento: Técnicos e Líderes Populares, Educação Fundamental	37
VI. Cáritas e Desenvolvimento Integral	39
Revisão da Pastoral em Função do Desenvolvimento	41
VII. Tendências da Pastoral na América Latina	41
Conclusão	43

Introdução

EIS as conclusões gerais do Encontro de Presidentes das Comissões Episcopais de Ação Social, realizado no Centro de Formação de Líderes de Itapoã (Salvador, Estado da Bahia, Brasil), de 12 a 19 de maio de 1968.

Decidiram seus autores chamá-las *Conclusões de Itapoã*. Representam o esforço de 38 participantes (delegados, assessores e observadores), desenvolvido durante oito dias de vida comunitária. Para sua elaboração contribuíram, particularmente, 12 sessões plenárias, diversos grupos de trabalho e um intenso clima de estudo e espiritualidade.

Antes de passar ao texto final dos trabalhos, convém deter-nos alguns momentos nas seguintes considerações introdutórias.

1. As Conclusões de Mar del Plata

A Assembléia Extraordinária do CELAM, realizada em Mar del Plata (Argentina), de 11 a 16 de outubro de 1966, se apresentava como resposta do Episcopado Latino-americano — através de seus Delegados — aos apelos do Concílio Vaticano II e do Papa Paulo VI às Igrejas de nosso Continente. Foi seu tema geral: «A presença ativa da Igreja no desenvolvimento e integração da América Latina».

Esta resposta do Episcopado Latino-americano, teve e tem até hoje conotação de compromisso. Por um lado, já terminou o tempo das palavras e discussões e começou o de uma ação efetiva e intensa, como recordava Pio XII na célebre radiomensagem de 10 de fevereiro de 1952. Por outro, o momento histórico da América Latina não admite hesitação ou ambigüidade, nem tampouco postergação de soluções efetivas.

As *Conclusões de Mar del Plata* permanecem documento válido, espécie de carta de princípios e indicador geral de ação conjunta em favor da América Latina. Não nasceram como letra morta, pelo menos não era essa a pretensão de seus

autores. A aprovação da Santa Sé e o estímulo dado para sua concretização foram evidentes e repetidos.

A Presidência do CELAM e o Departamento de Ação Social dividiram o encargo de entregá-las pessoalmente, e de maneira oficial, às Conferências Episcopais ligadas ao CELAM. Dessa forma, as Conclusões foram entregues aos Episcopados da Argentina, Bolívia, Brasil, América Central (por intermédio da CEDAC, Conferência Episcopal da América Central), Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Circunstâncias alheias a ambas as partes retardaram a visita do CELAM aos Episcopados do Haiti, República Dominicana e Porto Rico.

2. A *Populorum Progressio* e a Pontifícia Comissão Justiça e Paz

Alguns meses após a Assembléia de Mar del Plata, em março de 1967, surgia a aplaudida Encíclica *Populorum Progressio*, contribuição solícita de S. S. Paulo VI para o Desenvolvimento dos Povos.

A famosa Encíclica abriu dimensões mais amplas de ação, tanto doutrinárias como institucionais. Contém aplicações especialíssimas para a América Latina, de tal forma que seu Autor recomendou com insistência, «que não permitíssemos se tornar letra morta».

Na realidade, *Conclusões de Mar del Plata* e *Populorum Progressio* não constituem nada mais que uma única síntese de ação.

A Pontifícia Comissão Justiça e Paz, de recente fundação, mais de uma vez manifestou sua esperança numa ação extraordinária, conjunta e eficaz para a aplicação de ambos os documentos à realidade viva da Igreja no Continente Latino-americano. Deveria ser como que uma «experiência piloto». Maurice Roy, Cardeal-Arcebispo de Quebec (Canadá) e Presidente da Pontifícia Comissão Justiça e Paz, visitou 10 países da América Latina, entre os dias 1º de março e 4 de abril do corrente ano. Este gesto, sem dúvida, veio confirmar a predileção e a expectativa da Igreja Universal para com o nosso Continente. Efetivamente, é fácil ver nessas visitas um ponto de contacto direto com nossa realidade e um ponto de partida para novas etapas, mais concretas e efetivas.

3. As Mudanças na América Latina e a Assembléia de Medellín

A situação geral da América Latina evolui dia a dia. Não são apenas as transformações sócio-econômicas que caracterizam nosso atual momento histórico. E' todo um processo de desenvolvimento que se iniciou, mais intenso em certas áreas e menos em outras, mas que reveste múltiplos aspectos.

A Igreja na América Latina se defronta com grandes transformações, rápidas, profundas e provocadas. Não há possibilidade de previsões a longo prazo, porque essas transformações se realizam em ritmo acelerado. E a Igreja sente, com consciência cada vez mais viva, sua responsabilidade ante a evolução latino-americana. Por isso deseja dar contribuição objetiva e imediata para a formação da nova realidade de nossos povos.

A Segunda Assembléia Plenária do Episcopado Latino-americano deverá reunir-se em Medellín (Colômbia), após a celebração do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional (Bogotá, agosto de 1968). Conclui-se antecipadamente para seu grande significado pela decisão do Papa Paulo VI de abrir os trabalhos. Essa Assembléia tem como tarefa especial aplicar a renovação conciliar à situação concreta da América Latina.

Indubitavelmente, e sem diminuir a importância de outros aspectos dessa realidade, o desenvolvimento e a integração de nosso Continente constituem os aspectos decisivos. Eis a importância de uma colaboração direta e específica do Departamento de Ação Social do CELAM e das Comissões Episcopais de Ação Social na preparação e na própria realização dessa Assembléia Plenária.

4. Encontro de Itapoã

Todos os antecedentes, enumerados nos parágrafos anteriores, constituíram forte motivação para o projeto do Departamento de Ação Social do CELAM: reunir todos os Presidentes das Comissões Episcopais de Ação Social de nossas Conferências Episcopais, bem como os responsáveis pela aplicação das *Conclusões de Mar del Plata* em seus respectivos países, para uma visão retrospectiva e abertura de novas perspectivas de nossa participação no processo de desenvolvimento da América Latina.

Em vista do que ficou dito, esta reunião de trabalho se propôs elaborar, com os elementos mais diretamente responsáveis

das Conferências Episcopais da América Latina, um programa de ação conjunta que pudesse concretizar a participação da Igreja no esforço promocional do desenvolvimento e da integração do Continente.

Procuramos definir conceitos e critérios de ação, buscar meios aptos para a realização deste objetivo e estabelecer um sistema orgânico e rápido de coordenação.

Especificando este objetivo, quisemos traduzi-lo no seguinte:

1) Tomar conhecimento das iniciativas e experiências oriundas da aplicação das *Conclusões de Mar del Plata*, de acordo com a orientação dos diferentes episcopados;

2) Prever, de comum acordo, as próximas etapas e formas de presença ativa da Igreja no desenvolvimento e integração da América Latina. A Encíclica *Populorum Progressio* merecerá atenção especial;

3) Debater formas práticas para uma ação executiva das Comissões Episcopais de Ação Social;

4) Examinar a natureza, o funcionamento e os relacionamentos das Comissões Nacionais de Justiça e Paz;

5) Definir a estrutura do Departamento de Ação Social e as bases de um intercâmbio continental dos Episcopados no que se refere à Ação Social.

Os textos básicos para os trabalhos foram:

— *Conclusões de Mar del Plata* nas duas edições. Castellana: «Presencia activa de la Iglesia en el Desarrollo y en la Integración de América Latina», edición del Secretariado General del CELAM; Brasileira: «Presença ativa da Igreja no Desenvolvimento e na Integração da América Latina», Editora Vozes Ltda. (Petrópolis, Brasil).

— Encíclica *Populorum Progressio*, nas edições castelhana e portuguesa da Tipografia Poliglota Vaticana.

a) Programa Geral

Dia 12, domingo:

Chegada e alojamento dos delegados e assessores.

20 horas: Abertura dos trabalhos, por Dom Eugênio Sales, Presidente do Departamento de Ação Social.
Significado da reunião
Aprovação do programa e horário
Apresentação dos delegados e assessores.

Dia 13, segunda-feira:

de manhã: Reflexão teológica e tendências da Pastoral, em função do desenvolvimento (cap. I, VII e VIII das *Conclusões de Mar del Plata*).

à tarde: A Igreja e a integração da América Latina (cap. II das *Conclusões*).

Dia 14, terça-feira:

de manhã: Problemas populacionais (cap. IV das *Conclusões*).

à tarde: Reformas básicas para a transformação das estruturas. Reformas em geral (cap. III, *Conclusões*).

Dia 15, quarta-feira:

de manhã: Reforma Agrária (cap. III, *Conclusões*).

à tarde: Reforma Agrária (Conclusão).

Dia 16, quinta-feira:

de manhã: Formação de quadros para o desenvolvimento. Técnicos e líderes populares (cap. V, *Conclusões*).

à tarde: tempo livre.

Dia 17, sexta-feira:

de manhã: Caritas e o desenvolvimento integral (cap. VI, *Conclusões*).

à tarde: Comissões Nacionais de Justiça e Paz.

Dia 18, sábado:

de manhã: Serviços Executivos para as Comissões Episcopais de Ação Social.

à tarde: Organização do Departamento Latino-americano de Ação Social do CELAM.

Dia 19, domingo:

de manhã: Revisão dos trabalhos.

Síntese e conclusão.

Assembléia Plenária do Episcopado Latino-americano.

à tarde: Programa turístico pela cidade de Salvador.

à noite: Encerramento.

b) Participantes

Das 21 Conferências Episcopais da América Latina ligadas ao CELAM, 17 se fizeram representar por seus delegados. Três justificaram sua ausência (Cuba, Haiti e República Dominicana). Apenas uma (Nicarágua) não respondeu ao convite.

Com os agradecimentos do Departamento de Ação Social a todas as magníficas contribuições dos países representados, finalizamos esta introdução com a lista dos participantes.

CELAM:

- Dom Marcos Gregório McGrath, Segundo Vice-Presidente do CELAM.

DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL DO CELAM:

- Dom Eugênio de Araújo Sales, Presidente
- Dom José Joaquín Flórez Hernández, da Comissão Episcopal
- Dom Luiz Gonzaga Fernandes, da Comissão Episcopal
- Pe. José de Ávila Aguiar Coimbra, Secretário Executivo

DELEGADOS:

- Argentina: Dom Italo Severino di Stefano
- Bolívia: Dom Jesús López de Lama
- Brasil: Dom Hélder Pessoa Câmara
- Chile: Dom Francisco Maximiano Valdés Subercaseaux
- Colômbia: Dom José Joaquín Flórez Hernández
- Costa Rica: Dom Inácio Trejos Picado
- Guatemala: Dom Gerardo Flórez Reyes
- Honduras: Dom Marcel Gerin y Boulay
- México: Dom Adalberto Almeida Merino
- Panamá: Dom Marcos Gregório McGrath
- Paraguai: Dom Anibal Maricevich Fleitas
- Peru: Dom Eduardo Picher Peña
- Uruguai: Dom Roberto Cáceres

Nota: Representantes designados pelas Conferências Episcopais (sem voto):

- Pôrto Rico: Pe. Enrique Oslé
- Venezuela: Dr. Carlos Acedo Mendoza

ASSESSORES:

- Dom Raul Zambrano Camader (Colômbia)
- Pe. Affonso Felipe Gregory (FERES)
- Pe. Angel N. Acha Duarte (Paraguai)
- Dr. Carlos Acedo Mendoza (Venezuela)
- Pe. Edgar Beltrán (CELAM)
- Pe. Gonzalo Arroyo Correa (CELAM)
- Pe. José de Ávila Aguiar Coimbra (CELAM)
- Pe. José Ramón Pérez (Delegado da Cáritas Latino-americana)
- Pe. Joseph Romer (Brasil)
- Dr. Manuel Diegues Júnior (Centro Latino-americano de Investigações e Ciências Sociais)
- Prof. Maria de Lourdes Santos (CELAM)
- Pe. Nélson Queiroz (Brasil)
- Pe. Pedro Bigó (ILADES)
- Pe. Pedro Velásquez Hernández (México)
- Pe. Raimundo Caramuru de Barros (Brasil)

OBSERVADORES:

- Pe. Alair Vilar de Melo (Cáritas Brasileira, Nordeste)
- Pe. Enrique Camacho (Sindicalismo, Peru)
- Pe. José Milaré Sobrinho (Cáritas Brasileira, Sul)
- Pe. Ricardo Antoncich (Conferência Episcopal Peruana)
- Pe. Jorge Vicente Muñoz (Argentina)

Reflexão Teológica sôbre o Desenvolvimento

I. Reflexão Teológica sôbre o Desenvolvimento

Preâmbulo:

ÊSTE primeiro capítulo mereceu tratamento especial e estilo diferente de trabalho da reunião. Permanecem totalmente válidas e atuais a justificação e indicações práticas de Mar del Plata. Conforme essas indicações se propõem:

- Pontos de partida para uma reflexão teológica sôbre o desenvolvimento.
- Um relatório sôbre as realizações neste campo.
- Algumas indicações novas que ajudem a acelerar esta reflexão teológica.

A. JUSTIFICAÇÃO

Esta parte compreende:

PONTOS DE PARTIDA DE UMA REFLEXÃO SÔBRE O DESENVOLVIMENTO

Esta reflexão tentará indicar pistas pelas quais a tese de Mar del Plata: «A Fé esclarece tôdas as coisas com nova luz» (GS n.11) possa ser explicitada e realizada.

Pode ser que a ação social da Igreja seja simplesmente pequena parte integrante do conjunto dos fatores que operam o desenvolvimento integral de uma pessoa ou comunidade humana. E' a luz da fé, porém, (e por isso a Teologia) que nos ensina a verdadeira dignidade do homem e da comunidade, que dá um motivo *irredutivelmente* nôvo ao desenvolvimento. A razão de a Igreja dever inspirar e promover o desenvolvimento é teológica e religiosa. Não são as ameaças da sociedade em transformação, em última análise, nem o sofrimento do homem, mas o Evangelho, o próprio Deus que exigem do cristão o trabalho do desenvolvimento.

a) *Aspecto encarnador* do cosmo e aspecto cósmico da Encarnação.

«Na revelação do mistério do Pai e de seu amor, Cristo manifesta plenamente o homem ao próprio homem...» (GS n.22a).

Cristo não traz um novo aspecto, uma nova dimensão do homem. Revela que desde a eternidade o mistério do homem é Deus:

- Aspecto soteriológico: este mistério tem na Igreja sua plena determinação (na fé) e visibilidade (na comunidade). (Col 1,18-20).
- Aspecto Cristo-Cósmico: «N'Ele foram criadas todas as coisas... tudo foi criado por Ele e para Ele... Tudo subsiste n'Ele» (Col 1,15-17).

Deus assumiu, em Cristo, o homem todo. Todas as dimensões, todas as aspirações e potências são divinamente afirmadas. A exigência metafísica do desenvolvimento do homem é afirmada e assumida em Cristo. Sem desenvolvimento o homem é infiel a seu próprio destino de abertura transcendental para o cosmo, como condição de chegar a ser ele próprio. Quem fôr infiel ao homem concretamente é infiel a Deus encarnado, encarnado na natureza humana concreta, histórica (cf. 2 Cor 5,21; Fil 2,7; Gál 3,13; 1 Tim 2,5).

Outros textos a serem comparados com Col 1,15-20: Ef 1,4; 1 Cor 8,6; Jo 1,1-3; Heb 2,14-17; 4,15).

b) *Aspecto soteriológico*: comunitário.

1. A Realidade da Convivência dos Cristãos e a Exigência do Evangelho

A realidade concreta da desunião (estudo dos sociólogos, economistas, demógrafos, antropólogos, etc.) entre os que confessam o nome de Cristo, a indiferença mútua e a violência da injustiça são escândalo contínuo. A realidade «comunidade» em que os cristãos vivem transforma a palavra de Cristo em mentira.

Na unidade deles o mundo conhecerá que Minha palavra é verdade e que o Pai Me enviou (cf. Jo 17,21; 12,33ss-49s). A união, não apenas abstrata mas realmente vivida dos cristãos, é critério da religião de Cristo.

2. Salvação e Unidade (Comunhão)

Por necessidade intrínseca, salvação é comunhão. Comunhão não apenas com Deus, no segredo da consciência, mas também comunhão com os irmãos. Nos que são salvos a única e inseparável vida de Cristo é o novo princípio de ser. É uma nova existência que começam a viver, mas que não é daqui (cf. Jo 7,7; 8,23; Ef 2,4-6; Col 3,3).

Quem nasce da nova vida e vive da vida de Cristo é enxertado na vida (cf. Jo 15), é agregado ao rebanho (cf. Lc 15), é integrado no Corpo vivo, que vive da vida de um Outro (1 Cor 12). Ser membro, ser do rebanho, coincide com «ser salvo». Comunidade é salvação. Salvação é por si mesma e necessariamente comunhão. Contrariando esta exigência do Senhor a vida concreta dos cristãos é escândalo.

3. A Comunhão Cristã é Fermento de toda Comunidade

Os cristãos (a Igreja), por sua fé, não se identificam com nenhuma instituição deste mundo (cf. Jo 17,14), mas são fermento de toda comunidade, possuindo o motivo divino, que está nêles, de toda comunhão verdadeira. Ninguém é mais livre, ante as instituições do mundo, do que a Igreja. E ninguém está mais comprometido com o mundo do que a Igreja, porque deve ser sal e fermento do mundo (cf. Mt 10,28; 10,18-23).

Por isso a presença da Igreja no temporal tem:

— *função consagrada* dos próprios valores humanos. Assim, por exemplo, no casamento os próprios valores humanos tornam-se Sacramento da presença redentora de Cristo Salvador;

— *função interpretativa*, interpretando todas as aspirações, também o pecado e o sofrimento do homem, como cumprimento do plano divino, ou como traição a este plano e, finalmente, como participação ou traição da Cruz do Redentor;

— *função de testemunho*. Está, com a luz do Evangelho, em todas as atividades através das consciências; solidária com a humanidade que padece, não pode deixar de socorrer aos mais necessitados por meio de obras diretas (pode ser de caráter supletivo, onde as comunidades humanas não querem ou não conseguem responder às necessidades sociais).

c) *Cristo, a nova imagem do homem*

«E nos transformamos na mesma imagem, de glória em glória, à medida em que opera em nós o Espírito do Senhor» (2 Cor 3,18). Nossa fé não só afirma radicalmente o direito

do homem ao desenvolvimento de sua dignidade, não dá apenas à comunidade novos estímulos. A fé nos revela o supremo mistério do homem. O homem com toda sua riqueza é imagem de Deus vivo. A riqueza humana desenvolvida, integrada, personalizada não é algo acidental: nela o homem é plenamente homem. E *este homem* é e deve ser a imagem do Deus vivo (cf. GS n.22). Com isto a salvação em Cristo será plena; e a comunhão com os irmãos total.

O cristianismo, sabendo que o mundo é de Cristo e que êle é com Cristo imagem de Deus, sabe também que tudo isto terá seu valor perene unicamente através da última configuração com Cristo no paradoxo da Cruz e da esperança pela Redenção (Gál 6,14; 5,24; Rom 6,3-4).

B. DIRETRIZES PRÁTICAS

Conforme a indicação B 2 das *Conclusões de Mar del Plata*, foram consultados alguns teólogos latino-americanos que pudessem iniciar uma orientação sobre as situações próprias do Continente. Foram levados em consideração também relatórios sobre o já realizado nos diversos países, no que se refere à reflexão teológica sobre o desenvolvimento.

a) como ponto de partida

Fêz-se entrega das *Conclusões de Mar del Plata* às Conferências Episcopais da América Latina. Em alguns países, escreveram-se cartas pastorais sobre os temas da *Populorum Progressio* e das *Conclusões de Mar del Plata*, com aplicações a diversas situações concretas.

Pensa-se na preparação de um Diretório sobre o desenvolvimento e a Pastoral Social, desde sua fundamentação teológica e aplicações catequéticas e litúrgicas, até as implicações de ação na ordem temporal.

O Departamento de Ação Social do CELAM está entrando em contacto com os teólogos da reunião de Bogotá e Medellín, para concretizar um Encontro de teólogos latino-americanos e elaborar uma síntese teológica sobre o desenvolvimento e integração na América Latina. Enquanto isso, já se promoveram, em várias partes, encontros nacionais, contactos com seminários, institutos teológicos e universidades, no sentido de incentivar investigações.

b) Como perspectivas (diretrizes)

Sugerimos a cada país, às regiões (grupos de países), ao próprio CELAM:

- 1) Buscar uma unidade básica de critérios sobre o assunto, seja quanto à elaboração doutrinal, seja quanto às consequências pastorais;
- 2) Iniciar uma coleção de Documentos Sociais, incluindo a reflexão teológica;
- 3) Incrementar a reflexão teológica sobre o desenvolvimento e integração particularmente através de:
 - cursos para bispos, sacerdotes, religiosos e leigos;
 - reuniões de assessores e dirigentes em todos os níveis;
 - influência sobre homens-chave no processo da mudança social (técnicos, políticos, economistas, empresários e dirigentes sindicais, etc.).
- 4) A elaboração teológica tomará em conta os elementos da Antropologia Diferenciada, os determinantes históricos e culturais. Seus responsáveis deverão estar atentos às realidades humanas concretas e às mudanças que se processam — como autênticos «sinais dos tempos» — para iluminar com segurança uma definição de fatos e posições.

Complemento

Como fazer esta reflexão teológica sobre o desenvolvimento e para o desenvolvimento? Como provocar esta reflexão?

E' óbvia sua necessidade. Um passo já foi dado, chegando-se a uma Teologia do Desenvolvimento, mais do que a uma simples Doutrina Social. A Simples Doutrina Social mostra-se insuficiente. Percebe-se claramente a necessidade de passar além da mera reflexão: deve-se chegar a algo mais fundamental, isto é, ao desenvolvimento com base na própria realidade da atual América Latina. Há necessidade de descer dos simples documentos para soluções e opções concretas. Para isso, a reflexão teológica e pastoral deve atender a:

- a) um método indutivo, partindo da realidade;
- b) uma linguagem teológica que, na medida do possível, seja entendida pelo povo;
- c) os tipos de mudanças sociais específicas da América Latina, às aspirações profundas de seus povos, às características culturais e ideológicas e particularmente ao fenómeno da secularização;

- d) a formação do verdadeiro espírito de comunidade, com consciência clara e eficaz de «Povo de Deus» e de solidariedade com a humanidade. E' urgente e indispensável a superação de uma cosmovisão estática e de uma ética individualista por uma consciência comunitária, comprometida e dinâmica.

A teologia deve ser elaborada proporcionalmente por todo o Povo de Deus. Esta elaboração deve ser provocada:

- Que o CELAM conheça e reúna os especialistas da Teologia e disciplinas afins, para que se promova um trabalho de reflexão comum.
- Que a reflexão seja programada, orgânica e simultânea: em cada país, por regiões, em nível continental.
- Que se aproveitem mais os Institutos Teológicos, como serviço de reflexão ao Povo de Deus, oxalá integrados nas Universidades para obter maior dimensão de reflexão e objetividade.
- Que todos os trabalhos de reflexão venham acompanhados de experiências de base, para mútua orientação e maior sentido realístico.

Desenvolvimento e Integração

II. A Igreja e a Integração da América Latina

Preâmbulo

A reunião reitera os princípios das *Conclusões de Mar del Plata*, enriquecidos pelas declarações posteriores da *Populorum Progressio*, reconhecendo que a integração da América Latina se fundamenta também em princípios emanados da Igreja, ao manifestar, em diferentes documentos, a necessidade do diálogo entre os povos e nações como primeira forma de aproximação e solidariedade. A integração não é um processo exclusivamente econômico; apresenta-se antes com amplas dimensões, de modo a abranger o homem totalmente considerado: social, político e cultural. Vê a integração como participação de todas as pessoas e nações latino-americanas no processo de desenvolvimento que permita um sistema de relações da América Latina com outras populações e regiões.

Este processo deve ser realizado por meios e mecanismos criados pelas próprias populações e nunca imposto de fora. Desta maneira a tarefa da integração latino-americana torna-se ampla e profunda: ampla, porque deve abranger todas as populações, suas instituições fundamentais, suas universidades, seus órgãos intermediários; profunda, porque exige reforma das atuais estruturas que permita reformular as condições de vida nos diferentes grupos de população, superando os desníveis econômicos e sociais denunciados pela *Populorum Progressio*.

A. JUSTIFICAÇÃO

A Igreja, portadora da «mensagem de verdade e unidade», expressa na Palavra de Cristo que «permanece eternamente» (1 Ped 1,25), pode desenvolver ação estimulante no processo de integração da América Latina, especialmente pela instauração de espírito de solidariedade. A difusão da doutrina cristã poderá contribuir eficazmente para despertar a consciência dos povos latino-americanos, de modo que, superadas as dificul-

dades e vencidos os obstáculos — denunciados pelas *Conclusões de Mar del Plata* — que se opõem ao desenvolvimento e à integração, possam obter-se os meios adequados para alcançar um processo de integração autêntico e perfeito.

B. DIRETRIZES PRÁTICAS

Reconhecida a urgência de acelerar o processo de desenvolvimento e integração da América Latina — «conceitos e fatores complementares e inseparáveis» (Paulo VI, discurso ao CELAM) — em condições perfeitamente identificadas com as aspirações das populações desta região, consideram-se como medidas fundamentais:

1. A integração das populações dentro de cada país, fazendo desaparecer os desníveis econômicos e sociais atualmente existentes, que marginalizam grandes grupos da população e os afastam do processo de crescimento econômico e do progresso social. Devem ser evitados os desequilíbrios econômicos dentro da América Latina que levem a novos imperialismos regionais de países fortes com vizinhos fracos.

2. A integração de regiões de países vizinhos que, por sua situação geográfica e condição cultural, constituem áreas nacionais comuns e reclamam um trabalho capaz de constituir-se em unidades motoras para desencadear o processo continental de integração, conforme a regionalização recomendada pela *Populorum Progressio* (nn.64 e 77). Ajudarão a promover esta integração as boas relações entre os bispos vizinhos dos diferentes países, através de pastoral conjunta em zonas fronteiriças, intercâmbio de sacerdotes e religiosos e outros meios.

3. Promoção de autênticas reformas das atuais estruturas que representam um entrave ao progresso da América Latina e dificultam a incorporação de grandes massas da população num maior nível de prosperidade, nas instituições políticas, sociais, empresariais, de trabalho e culturais, de tal forma que as estruturas da sociedade estejam a serviço da pessoa humana proporcionando o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens.

4. Difusão, através dos organismos educacionais da Igreja, das idéias de integração e desenvolvimento. Torna-se necessário definir e fortalecer uma consciência latino-americana fundamentada no «talento e tradições próprias».

5. Formação de níveis de integração cada vez mais estreitos, mediante modelos adequados à nossa realidade, ou ao menos que não transformem nossos países em satélites de

outros, de modo que sejam capazes de dialogar diretamente com os povos desenvolvidos e estimular os subdesenvolvidos, para que — preservadas nossas riquezas, — se evite a deterioração das economias nacionais e se incentivem as manifestações culturais autênticas.

6. Estimular a realização de estudos que, partindo das *Conclusões de Mar del Plata* e do Magistério Pontifício, mostrem o quadro da realidade latino-americana, ao nível de uma comunidade orgânica e funcional.

7. Fomentar, pela caridade e solidariedade, uma maior aproximação entre os povos e nações (traduzindo na prática os princípios da Justiça Social) para que superada a «crise de fraternidade» (cf. *Populorum Progressio*) possam nossos povos alcançar um desenvolvimento e integração que seja expressão de diálogo sincero e criador de fraternidade (PP n.73).

8. Apoiar os organismos que se ocupam da integração latino-americana, oficiais ou particulares, estimulando-os a praticarem as sugestões precedentes.

III. Reformas Básicas para a Transformação das Estruturas

Preâmbulo

Para a maioria dos cristãos na América Latina, o desenvolvimento e a mudança de estruturas não têm relação alguma com a fé e os sacramentos: a ignorância, a inércia, a injustiça não figuram na lista dos pecados que se acusam em confissão. Portanto, é dever deles tomar consciência a este respeito: verdadeiramente a miséria, a violência, a construção de uma nova sociedade com seus valores próprios, o materialismo prático propõe um problema de salvação. O homem não se salva por atos à margem de sua existência, mas pelo sentido que imprime à sua história pessoal e coletiva. Salva-se humanizando a comunidade em que está inserido, segundo o modelo da humanidade que descobre em Cristo, o novo homem. A salvação para o cristão latino-americano exige a realização dos compromissos temporais suscitados pela situação do Continente.

Mistério de salvação, a Igreja não pode deixar de participar na criação de uma nova ordem social; é tarefa eminentemente sacerdotal. Porém, não lhe cabe dirigi-la porque é tarefa prò-

priamente temporal, pertencente ao poder e às instituições da sociedade civil. A Igreja participa dessa tarefa de civilização apenas com o critério do Evangelho, sabendo que sem o Evangelho toda a civilização se distancia de seu fim.

Aos pastores da Igreja cabe, inspirar, estimular, orientar a consciência e a conduta de seus membros. Às vezes assumem obras de promoção humana, mas sem pretender o exercício de um poder na sociedade civil. É tarefa dos leigos, inspirados no Evangelho, dirigir os assuntos temporais. Compete a eles buscar, juntamente com seus Pastores, as aplicações do Evangelho às situações presentes, respeitando o pluralismo legítimo dentro da unidade dos cristãos.

É função específica da Igreja comunicar à sociedade temporal as luzes e as energias que derivam da visão global do homem e da humanidade expressa no Evangelho, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento em todos os aspectos: demográfico, econômico, social, civil e cultural. Uma atitude absolutamente apolítica seria faltar à sua missão essencial. Não deve, porém, intervir com critérios políticos, a não ser à luz do Evangelho. Nunca deve converter-se em partido ou grupo de pressão na sociedade civil, porque sua única força é a consciência.

O homem e o Evangelho, como determinação do humano, são os critérios essenciais da Igreja quando participa na reforma das estruturas.

§ 1. REFORMAS EM GERAL

A. JUSTIFICAÇÃO

1. Para justificar a mudança de estruturas as *Conclusões de Mar del Plata* baseavam-se no Concílio: «Semelhantes defeitos de equilíbrio econômico e social são notados não só entre a agricultura, a indústria e os serviços como também entre as diversas regiões de uma mesma nação. Entre as nações economicamente mais desenvolvidas e as outras nações, torna-se cada dia mais grave a oposição, que pode colocar em perigo a própria paz do mundo» (GS n.63) e também nas palavras de Paulo VI: «Gaudium et Spes, em sua visão global do desenvolvimento, afirma decididamente a exigência de profunda mudança de estruturas e profunda mudança da sociedade» (Carta ao CELAM, 1966).

Populorum Progressio, documento posterior à reunião de Mar del Plata, acrescenta uma nota de dramatismo e urgência: «Os povos ricos gozam de um crescimento rápido, enquanto os pobres se desenvolvem lentamente. O desequilíbrio

aumenta...» (n.8). «Urge começar: são muitos os homens que sofrem, e aumenta a distância que separa o progresso de uns da estagnação e, até mesmo, do retrocesso de outros...» (n.29). «Quando populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda iniciativa e responsabilidade, e também toda possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política, é grande a tentação de repelir pela violência tais injúrias à dignidade humana» (n.30). «Os povos pobres ficam sempre mais pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos» (n.57). Por isso afirma enérgicamente Paulo VI: «O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes» (n.32).

Estas palavras de Paulo VI parecem endereçar-se especialmente à América Latina com seus males endêmicos de miséria, enfermidade, analfabetismo e desemprego para as grandes massas camponesas e habitantes marginalizados que estão excluídos do bem-estar de que só gozam as minorias privilegiadas de cada país. Mais urgente ainda se torna a reforma, considerando-se a estagnação da economia latino-americana observada nos últimos anos — baixo crescimento do produto, processo inflacionário, preços de exportação danificados, dívidas externas, etc. — apesar da entrada de capital estrangeiro sob forma de investimentos privados e empréstimos aos Governos.¹

A partir desses elementos, sociólogos e técnicos são cada vez mais concordes em afirmar a necessidade de mudanças radicais de estruturas como única forma de resolver o problema do subdesenvolvimento e que, dentro do atual sistema capitalista, a América Latina não tem nenhuma esperança de escapar ao subdesenvolvimento para satisfazer as justas e crescentes esperanças populares de maior participação na vida econômica, social e política de cada país.

2. Toda mudança social representa sempre um duplo aspecto: moral e estrutural. Em seu aspecto moral, a reforma social implica renovação das idéias, dos costumes e da conduta social em harmonia com as exigências do bem comum.

É ilusão tentar promover o desenvolvimento sem esta renovação moral e religiosa. Erra o marxismo quando afirma que «um homem melhor surge unicamente de uma estrutura melhor». A razão, a experiência humana e a vivência de nossa fé demonstram o contrário e nos dizem que «uma estrutura melhor surge sempre de um homem melhor».

¹ Ver *Informe Económico para a América Latina* — 1967, CEPAL.

3. Contudo, para efetuar na América Latina mudanças de estruturas que procurem o desenvolvimento «do homem todo e de todos os homens» (PP n.14) é necessário, antes de mais nada, conhecer com toda a lucidez, a verdadeira natureza do mal a erradicar: o *subdesenvolvimento*. Enganam-se os que pensam que esse subdesenvolvimento é apenas causado pela falta de conhecimentos técnicos e de capital, ou de outros recursos; o subdesenvolvimento é um fato social *global*, que só pode ser compreendido como um fenômeno *histórico* coetâneo com a expansão industrial ocidental. Por exemplo, não se pode falar propriamente de «desenvolvimento econômico», nem de «desenvolvimento social» ou «desenvolvimento político»; trata-se de um único processo de desenvolvimento que possui aspectos demográficos, econômicos, sociais, políticos, culturais e também espirituais. Daí a conclusão de que o desenvolvimento exige reformas profundas em todas as estruturas da sociedade, embora — dentro de uma estratégia concreta de desenvolvimento — em certos momentos históricos da conjuntura latino-americana, se pudesse dar prioridade a determinada reforma.

Dessa concepção do subdesenvolvimento se depreende também que só se pode compreendê-lo em relação de dependência com o mundo desenvolvido. O subdesenvolvimento da América Latina é, em grande parte, *subproduto* do desenvolvimento capitalista do mundo ocidental. O fato é que estamos inseridos num sistema de relações internacionais do mundo capitalista e, mais especificamente, num espaço econômico em torno a cujo *centro*, na periferia, giram as nações latino-americanas, como satélites dependentes.² As oligarquias de cada país, cujos interesses e mesmo valores se identificam com os do «imperialismo internacional do dinheiro» (PP n. 26), contribuem para manter este *status quo* que as beneficia e, portanto, a perpetuar a dependência externa e o empobrecimento de nossos países. Por isso o autêntico desenvolvimento latino-americano só se conseguirá na medida em que for superado este esquema *centro-periferia*.

4. Dessa concepção de subdesenvolvimento deriva ainda o fato de o subdesenvolvimento latino-americano ter uma *dinâmica própria*. Seria inútil tentar superá-lo inspirando-se em modelos estranhos à região, embora tenham conseguido impulsionar o desenvolvimento em outras regiões — por exem-

² A esta relação de dependência sobrevém o prodigioso desenvolvimento da tecnologia e indústria no centro e o subdesenvolvimento progressivo na periferia cuja industrialização inorgânica depende e beneficia o centro e cuja produção de bens de primeira necessidade vale cada vez menos em relação aos bens de capital produzidos pelo centro, e que são imperiosamente requeridos pela periferia para seu desenvolvimento industrial.

plo, o capitalismo na Europa e América do Norte ou o coletivismo na Rússia — resultam ineficazes dentro da situação histórica latino-americana. Temos que procurar nosso desenvolvimento com fórmulas *próprias e originais* que impliquem mudanças radicais e de emergência. E por conseguinte exigem — há que notá-lo claramente — esforço, trabalho e sacrifícios prolongados na nobre luta de nossos povos para superar sua inferioridade.³ O desenvolvimento é um desafio imposto ao homem pelo próprio Deus: «Povoi a terra e dominai-a» (Gn 1,28) «... para que todo homem encontre nela o que lhe fôr necessário» (cf. PP n.22).

B. DIRETRIZES PRÁTICAS

1. E' urgente que a Jerarquia latino-americana estimule seus teólogos a desenvolverem novos aspectos da Teologia em função das necessidades locais (e não contentar-se em repetir uma Teologia elaborada, em boa parte, por teólogos de outras regiões e em condições históricas distintas). Teólogos comprometidos na vida do continente deverão contribuir eficazmente com suas reflexões na elaboração de uma teologia válida do desenvolvimento. A pastoral da Igreja, imbuída desta teologia estará em melhores condições de estimular o povo a que supere a resignação passiva ante a própria miséria e a miséria dos demais.

Outro dever da Igreja é elaborar e difundir uma ética que dê maior relevo ao social e comunitário. Até agora a moral esteve erroneamente relegada ao plano da pessoa e da família, o que contribuiu para o individualismo predominante em certos meios burgueses e acomodados, e que contagiou também o povo em geral. A maior contribuição da Igreja é fomentar, através de sua ação pastoral, da catequese, da pregação, dos seminários, colégios e universidades um sentido profundo das injustiças sociais e uma consciência clara do dever social e político dos cristãos, especialmente dos que mais receberam da sociedade.

E' claro que a Igreja não se contentará com a mera difusão da doutrina social das Encíclicas, mas procurará, por todos os meios a seu alcance, que seja autenticada por uma ação

³ Estas reformas devem afetar simultaneamente todas as estruturas: *demográfica* (paternidade responsável), *econômicas nacionais e internacionais* (reforma da empresa industrial, reforma bancária e fiscal, reforma agrária, superação do esquema regional centro-periferia mediante nacionalização de empresas-chave, integração regional e sub-regional, política agressiva de exportação), *sociais* (educação de base, promoção popular, organização sindical, legislação social), *políticas* (organização do povo e ampla participação política), *culturais* (conscientização do povo, difusão de valores comunitários, reforma de educação e universidades, elaboração de cultura nacional e popular) e *espirituais* (mística e espiritualidade do desenvolvimento).

eficaz em favor das mudanças necessárias para atingir uma ordem social mais humana e por isso mesmo mais cristã.

2. E' responsabilidade grave do povo de Deus nesta sociedade dividida por ódios, egoísmos e lutas, onde os bens temporais são encarniadamente defendidos por uns e desejados por outros, ser sinal antecipado dos valores da justiça, amor, verdade e paz do Reino, em que os bens contribuirão para unir e não para dividir os homens. Por isso o «espírito de pobreza» assinalado por Paulo VI como uma das condições mais humanas para o desenvolvimento do homem (PP n.21) deve ser realidade vivida desde agora pela Igreja, especialmente pelos consagrados a Deus por meio de votos e pelo sacerdócio ministerial. Devem procurar novas formas de vida religiosa e, junto com leigos mais engajados, entregar-se ao serviço do povo, principalmente dos mais pobres, para dar testemunho do Reino. Sômente assim, mediante testemunho vivenciado e não só por palavras, o cristianismo poderá ser fermento na massa dando êsse suplemento de alma, essa mística necessária para empreender a rude e austera tarefa do desenvolvimento que supõe grande esforço construtivo e solidário dos habitantes da região. Sômente assim, fazendo-se voz das classes marginalizadas sem voz, poderá denunciar com autoridade moral as injustiças cometidas contra o povo.

3. Rever com humildade e objetividade as estruturas próprias da Igreja para:

a) reformar tudo o que não condiz com a pobreza evangélica;

b) alcançar conveniente descentralização das funções e responsabilidades, segundo a teologia dos distintos ministérios e carismas dentro da mesma Igreja;

c) criar ou adaptar as atuais estruturas para que nos diversos níveis seja facilitada a mais ampla participação dos leigos, religiosos, presbíteros, etc.

4. Iniciar o diálogo das hierarquias dos países latino-americanos com as hierarquias dos países desenvolvidos, com o seguinte objetivo:

a) criar uma consciência cada vez mais clara do fenômeno de dominação dos países ricos sobre os mais pobres;

b) difundir amplamente entre os cristãos e a população em geral dos países ricos a situação de desequilíbrio e injustiça existente entre as nações economicamente mais desenvolvidas e as nações subdesenvolvidas, com a finalidade de criar naquelas uma verdadeira e reta consciência a respeito;

c) conseguir uma ação conjunta da Igreja Universal frente aos sofrimentos causados pelo subdesenvolvimento, uma vez

que suas implicações não se limitam aos países afetados, mas revestem caráter internacional.

5. Para conseguir as urgentes reformas reclamadas por nossa situação, os cristãos preferam a *ação não-violenta*, ainda que não seja possível condenar toda forma de violência*, conforme a encíclica *Populorum Progressio* e ulteriores esclarecimentos de Paulo VI. A *não-violência* não deve ser confundida e identificada com uma atitude passiva e conformista. No contexto latino-americano, a não-violência deve manifestar-se por uma atitude de *não-conformismo* perante as injustiças estabelecidas sob diversas formas e pretextos. Além disso, êsse *não-conformismo* se manifestará por uma ação corajosa e constante para conseguir reformas profundas, urgentes e audazes das estruturas, o mais rapidamente possível, como exigência da própria justiça. Sem isso a violência cedo ou tarde poderá ser inelutável e, de fato, é uma das tentações do momento.

6. Sugere-se e pede-se às Conferências Episcopais do Continente que, secundando os desejos do Papa, em toda a América Latina durante o final de 1968 e começos de 1969, sejam difundidos os Direitos Fundamentais do Homem. Demonstre-se que muitos desses direitos não foram respeitados e observados nos diversos países. Esta ação tem a seu favor o fato de comemorar-se êste ano, (1968) o vigésimo aniversário da proclamação da Carta dos Direitos Fundamentais do Homem pelas Nações Unidas.

§ 2. REFORMA AGRÁRIA

A. JUSTIFICAÇÃO

O problema do latifúndio e da reforma agrária é abordado pela *Gaudium et Spes* (n.71,6) tal como o menciona o documento de Mar del Plata em sua justificação. Posteriormente a *Populorum Progressio* (nn.23 e 29) se refere expressamente ao problema. Isto constitui já de per si um *progresso doutrinal considerável*.

Em segundo lugar, êstes documentos ao situarem a reforma agrária no contexto geral da vida econômico-social, mos-

* Cf. *Populorum Progressio*, nn. 30-32. Ver também Discurso do Papa no aniversário da PP.

"A outros pareceu que, denunciando, em nome de Deus, as gravíssimas necessidades de que sofre tão grande parte da humanidade, abrissemos a porta para a assim chamada teologia da revolução e da violência. Longe do Nosso pensamento e da Nossa palavra semelhante aberração, tão diversa da atividade positiva, corajosa e enérgica e, em muitos casos, necessária para instaurar novas formas de progresso social e econômico" (27 de março de 1968. Texto português em SEDOC, julho, col. 9).

tram uma concepção claramente original da mesma. O Concílio nos convida a tomarmos consciência dos requisitos éticos do progresso moderno: o homem deve ser «o centro e o objetivo da vida econômica». Precisamente nesta época de notável desenvolvimento tecnológico e social, nada contribui tanto como a situação rural para o «desprezo dos pobres», denunciado pelo Concílio, sobretudo em regiões menos desenvolvidas, onde «alguns vivem na opulência e esbanjam bens», enquanto a maioria, além de encontrar-se em condições de vida e trabalho indignas da pessoa humana «carece de quase toda possibilidade de iniciativa e responsabilidade».

Atenazada pela consciência dolorosa destas desigualdades que violam a justiça e a caridade, a Igreja insiste na conversão de mentalidade e atitude para aplicar a técnica e a capacidade econômica e fazer reformas que corrijam este lamentável estado de coisas. A reforma agrária é precisamente uma das reformas que permitiria aos «fracos e pobres» participar mais plenamente na vida econômico-social. Por isso esta concepção contém, ao menos em germe, um espírito revolucionário, pois está orientada não apenas para a melhoria da produção agrícola, mas para uma redistribuição da terra e sobretudo do poder econômico, social e político em favor das classes camponesas marginalizadas da vida moderna. A inspiração é claramente evangélica: o Reino se fez presente no tempo de Cristo porque a Boa-Nova era anunciada aos pobres (cf. Lc 7,22). Hoje é a Igreja que recorda os direitos dos pobres do século XX: os camponeses oprimidos de inumeráveis regiões do globo.

Aparece assim a *Reforma Agrária* como uma superação da marginalização rural e incorporação e participação do setor rural na vida econômica, social e política do país.

B. DIRETRIZES PRÁTICAS

1. Ainda que não caiba à hierarquia diretamente realizar a reforma agrária, sua influência, em nome de camponeses sem representação sindical e política, é importante para conscientizar as autoridades e a opinião pública, da necessidade de ajudar o setor mais marginalizado de nossa sociedade.

Se em alguns países a Igreja (diocese, congregações religiosas; etc.), ainda possui terras que não sejam absolutamente necessárias para o serviço que presta à comunidade, é desejável sejam racionalmente distribuídas aos camponeses para que as trabalhem.

Empreendê-la por conta própria seria fator de aceleração da necessária reforma agrária, quando o Estado nada tenha feito a respeito. Quando, porém, o Estado estiver realizando planos eficazes de reforma agrária, é preferível distribuí-las por seu intermédio a fim de aproveitar os serviços técnicos e financeiros que ele oferece.

2. Nestas terras favoreça-se não apenas a fixação das famílias a título de propriedade privada, mas também as formas comunitárias que pareçam oportunas, por causa da conveniência que traz a socialização em certas épocas do cultivo e sobretudo por causa das economias que se conseguem na venda dos produtos (comercialização), na assistência técnica e na distribuição do crédito em maior escala. Esta solução parece mais conforme à tradição da população indígena e menos aceitável talvez para os trabalhadores de fazenda, apegados que são à posse individual da terra. A estes não se deve impor, pela força, nenhuma solução, mas buscar, depois de adequada conscientização em forma conjunta e especialmente com seus líderes, uma fórmula que torne compatíveis suas aspirações com os requisitos técnicos da produção agrícola.

3. Cabe à hierarquia e aos cristãos apoiar decididamente as justas reivindicações camponesas, favorecendo como fator indispensável para o desenvolvimento dos setores marginalizados a organização dos camponeses em justas de ação comum, cooperativas, ligas camponesas e sindicatos autônomos de qualquer controle estatal e patrocinar programas de educação de base. Simultaneamente deve a Igreja influir para que a educação média se oriente também para a técnica agrícola e a preparação de autênticos líderes camponeses, dando-lhes a indispensável capacitação para empreenderem com eficácia a transformação do mundo rural.

4. Onde fôr oportuno, a Igreja organize ou influa para que se organizem grupos de leigos que prestem seus serviços, ao menos temporariamente, à promoção integral de comunidades camponesas e demais setores marginalizados. Estes serviços serão prestados de acordo com um plano ou projeto pré-estabelecido que assegure a continuidade dos esforços.

5. Nos setores marginalizados, principalmente no rural, a Igreja deve evangelizar mediante a criação de comunidades de base que sejam «um sacramento eficaz da união dos homens entre si» para a superação do subdesenvolvimento. Nelas o leigo deve assumir a sua própria função com responsabilidade consciente no exercício de seus direitos e deveres. Multipliquem-se comunidades eclesiais de dimensões humanas, seja por meio de diáconos, ou líderes leigos. A Pastoral deve renovar-se a partir de uma Teologia do Desen-

volvimento e de uma moral menos individualista e mais social e comunitária, uma liturgia popular, que permitam ao camponês superar uma certa resignação passiva e conformista que freqüentes vezes o impede de se tornar um sujeito capaz de assumir, em solidariedade com seu grupo, os riscos, esforços e renúncias que implica o desafio do desenvolvimento.

IV. Problemas Populacionais

Preâmbulo

OS problemas populacionais foram tratados aqui do ponto de vista do Departamento de Ação Social, isto é, com especial referência ao desenvolvimento. A partir deste aspecto sugere-se o seguinte:

A. JUSTIFICAÇÃO

O crescimento demográfico não impede necessariamente o crescimento econômico, nem a preocupação do problema deve desviar a atenção da produção dos bens econômicos que devem ser repartidos equitativamente.

O problema demográfico torna-se crítico na América Latina principalmente, não por falta de espaço, nem por carência de recursos naturais, mas por exploração inadequada dos mesmos e pela má distribuição das riquezas, a inexistência de estruturas sociais e seu injusto funcionamento.

A Igreja deve tomar consciência do problema demográfico para ir ao encontro das aspirações e inquietudes das famílias e das comunidades nacionais e internacionais.

A paternidade responsável não diz respeito unicamente à procriação dos filhos, mas também ao incremento dos meios de subsistência e à participação dos pais nas formas econômicas, sociais, culturais e políticas, para que sejam capazes de exercer sua liberdade e responsabilidade (cf. PP nn. 22, 32, 81).

Nenhuma influência exterior, nenhuma decisão da comunidade deve prevalecer contra a dignidade dos pais, a quem corresponde a decisão final relativa ao número de filhos que irão ter. Os pais formarão sua consciência tendo em conta sua responsabilidade perante Deus, perante os filhos que já nasceram e perante a comunidade a que pertencem de

acôrdo com a lei de Deus, interpretada e sustentada pela confiança n'Ele (PP n.37).

O fato de o Papa Paulo VI se haver reservado a última palavra relativa aos meios para o exercício da paternidade responsável, não nos exime a nós bispos de colaborar com ele, mediante o estudo, a informação e o enfrentar do problema.

A Igreja na América Latina deve formular sua atitude frente à política do Estado em matéria de população, respeitando sempre as atribuições que lhe são específicas (PP n.37).

Impõe-se em nossos países uma revisão das respectivas legislações, a fim de estimular principalmente a responsabilidade masculina, promover a mulher e os filhos. Da mesma maneira é necessário criar famílias abertas à vida comunitária e ao desenvolvimento integral.

B. DIRETRIZES PRÁTICAS

1. O Departamento de Ação Social do CELAM em plano Continental, e as Comissões Episcopais no plano das Conferências Nacionais, promovam organismos de estudo e aplicação para:

- a) estimular a tomada de consciência da gravidade e complexidade do problema demográfico;
- b) tratar de encontrar soluções e aplicações concretas;
- c) estar atentos e denunciar as teses anticoncepcionais de países desenvolvidos e grupos interessados que indiscriminadamente difundem idéias e métodos anticoncepcionais.

2. Promover e estimular os movimentos familiares para que atinjam os setores marginalizados da população através de sua ação educativa e apostólica. Os Departamentos de Ação Social procurem em cada país a maneira de influir nos meios de comunicação social visando se favoreça a paternidade responsável e o fortalecimento da família.

3. Procurar que através de leigos tecnicamente capacitados e cristãos a Igreja se torne presente nos programas populacionais, nas clínicas de consulta familiar que, se ainda não existem, devem ser promovidas em nível popular.

4. Que os órgãos correspondentes de Ação Social, seja no nível das Conferências Episcopais, seja no nível do CELAM, dialoguem com os organismos internacionais que se ocupam dos problemas populacionais, para não permanecer tudo em simples informação.

Aspectos Prioritários da Contribuição da Igreja para o Desenvolvimento e Integração da América Latina

V. Formação dos Quadros para o Desenvolvimento: Técnicos e Líderes Populares, Educação Fundamental

Preâmbulo

A rapidez e complexidade das mudanças sociais na América Latina nos encontram despreparados para atuar sobre o processo com a quantidade e a qualidade de agentes exigidos para o desenvolvimento. Além disso, a passagem da civilização pré-técnica para a civilização técnica é, de certa forma, violenta. Os países chamados desenvolvidos conheceram um processo de evolução mais lento, natural e progressivo. Os países da América Latina suprimem etapas no mencionado processo, o que acarreta traumatismos característicos.

Além do mais, existe a tentação grave e imediata de procurar só o crescimento econômico, nos povos onde a tradição de valores humanos ainda não se conscientizou e consolidou suficientemente. Por isso, a importância de colaborar particular e ativamente na formação de pessoal, sobretudo com aqueles que podem desempenhar um papel especial no processo do desenvolvimento.

A. JUSTIFICAÇÃO

Como enriquecimento e correção de alguns parágrafos da «Justificação» no texto das *Conclusões de Mar del Plata*, sugere-se o seguinte texto (que se insere na página 30 do texto castelhano; página 26 do texto português): «... para o desenvolvimento».

A Igreja deverá esforçar-se muito especialmente, por todos os meios a seu alcance, em formar a consciência dos cristãos que sofrem a inumana e imerecida condição de marginalização e miséria criada pelo subdesenvolvimento; para que sejam os atôres insubstituíveis de sua própria promoção, isto é, que sejam (os marginalizados) «os protagonistas de sua elevação econômica e social» (*Mater et Magistra*). E' um dever pessoal ineludível (PP nn.16 e 34).

Ainda mais, é necessário dizer claramente que esta obrigação primeira e intransferível nas atuais conjunturas latino-americanas deverá concretizar-se numa maior e crescente capacitação intelectual, espiritual e técnica que permita aos marginalizados criar as necessárias condições para superar esta situação injusta mediante a organização, a defesa de seus direitos fundamentais e a participação responsável nas decisões de sua comunidade.

O que acabamos de expor se reveste de particular importância quando se pensa que a grande empresa do desenvolvimento é por natureza uma tarefa árdua e a longo prazo. Grandes obstáculos existem que não podem ser superados sem esforço contínuo. É evidente, no entanto, que o desenvolvimento — tal como o concebe a Igreja — supõe mudança das estruturas, reforma dos costumes e instauração de ordem social nova que sancione «o respeito ativo da pessoa» (Pio XII).

Observa-se nas classes populares uma aspiração cada vez mais definida e, com frequência, frustrada de participar nas decisões que afetam sua vida na sociedade global. Torna-se, por isso, mais premente a necessidade de colaborar no descobrimento e na preparação de autênticos líderes para o serviço do desenvolvimento, principalmente, naqueles setores mais aptos para despertar a iniciativa, transformar os níveis de vida, integrar os indivíduos nos diversos grupos de decisão. Tais são principalmente os setores empresariais, profissionais, intelectuais, sindicais, cooperativistas, cívicos e de promoção da comunidade cujos membros necessitam adquirir uma mentalidade indispensável para colocar suas instituições a serviço de um desenvolvimento humano, justo, solidário e integrador, à luz de Cristo, imagem de Deus invisível.

B. DIRETRIZES PRÁTICAS

1. Procurar uma ação coordenada, em nível continental, no próprio CELAM de todos os organismos diretamente ligados à Igreja (jerarquia e laicato) e, ao mesmo tempo, uma articulação com os organismos internacionais destinados à educação fundamental e preparação de quadros para o desenvolvimento.

2. Estabelecer nas Conferências Episcopais, uma ação organizada para promover a educação fundamental.

3. Promover o acordo para que na América Latina a infância seja incluída nos planos de alfabetização e educação fundamental.

4. Promover um maior incremento de escolas técnicas de nível médio e uma melhor qualificação dos quadros das universidades católicas, levando em conta mais o aspecto qualitativo que quantitativo.

5. Favorecer a multiplicação dos centros de formação de líderes, particularmente para as formas de educação cooperativa, artesanal, sindical e de promoção de comunidade.

6. Procurar, através do Departamento de Ação Social do CELAM, o intercâmbio de material formativo, programas, subsídios didáticos, métodos empregados, técnicas de organização, etc., utilizados para a formação de líderes populares.

7. Promover cursos e outras modalidades de formação para os líderes em exercício (responsáveis políticos e sociais, técnicos, etc.) a fim de transmitir-lhes a mensagem cristã e receber suas valiosas observações.

8. Interessar-se vivamente pelo incremento do professorado, da planificação da educação e da ação legislativa no setor educacional.

9. Pressionar para que os poderes públicos definam as etapas e metas do desenvolvimento do país. E em função destas organizar a formação dos quadros.

10. Promover a formação dos quadros não só em nível regional e nacional senão também em nível continental.

11. Reunir os cristãos que atuam em organismos mais diretamente responsáveis pela integração da América Latina para que juntos revisem sua atuação à luz do Evangelho e das exigências do desenvolvimento.

12. Estimular a organização de grupos profissionais e técnicos que os ajudem a cumprir com suas obrigações e compromissos no desenvolvimento.

VI. *Cáritas e Desenvolvimento Integral*

Preâmbulo

A Cáritas é, hoje, uma realidade nos países da América Latina. Nos últimos anos conheceu experiências várias. Seu próprio crescimento, face às novas necessidades cada vez mais claras que aparecem no processo de mudanças do Continente, coloca várias interrogações. Possui, sem dúvida, uma missão peculiar no conjunto dos esforços dos cristãos — especialmente das organizações jerárquicas — no que se refere à promoção social. Por isso mesmo, continuará procurando como melhor adaptar-se aos vários lugares e melhor servir.

A. JUSTIFICAÇÃO

Seria desejável uma modificação do último parágrafo do texto das *Conclusões de Mar del Plata* (página 33 do texto castelhano e página 29 do texto português) que assim começa: «Cáritas deverá ter claro também...» pelo texto que se segue.

A inserção da Cáritas no plano nacional e diocesano pode fazer-se da seguinte forma: pode unir-se aos organismos já existentes e formar com eles uma federação; ou pode ser o organismo que integre os outros respeitando sempre, com espírito de verdadeiro serviço, a personalidade e autonomia das associações.

B. DIRETRIZES PRÁTICAS

1. Onde fôr o caso, a hierarquia deverá transformar a Cáritas, de simples organismo distribuidor, em organismo de promoção humana e comunitária, em sintonia com a realidade da América Latina, procurando com o máximo empenho reabilitar seu nome e verdadeira natureza.

2. Este organismo, havendo razões sérias, pode assumir diferentes denominações nos vários países.

3. Aceitar a inclusão da Cáritas no atual Departamento de Ação Social do CELAM, segundo a modalidade mais con-dizente.

4. Que o CELAM estabeleça comunicação direta com *Catholic Relief Services* dos Estados Unidos, para definir suas relações com a Cáritas na América Latina. E' desejável que as Cáritas nacionais tenham liberdade para tratar seus assuntos particulares diretamente.

Revisão da Pastoral em Função do Desenvolvimento

VII. *Tendências da Pastoral na América Latina*

Observação

COMO contribuição para a elaboração de uma linha pastoral válida para todo o continente, apresentamos o seguinte guia, que deverá ser entendido dentro do contexto da «Reflexão Teológica» do capítulo I.

Dentre inúmeros pontos, podemos atender aos seguintes:

A) Dentro do contexto de uma civilização pré-técnica, como agir pastoralmente?

a) diante do processo de desenvolvimento?

b) diante do fenômeno de mudança de mentalidade?

na vida?

nas relações?

na especialização do trabalho?

na especialização de funções?

c) diante do fenômeno de secularização e dessacralização?

d) tem-se consciência disso, e clara?

e) acompanha-se este processo?

f) orienta-se este processo?

g) serve-se a este processo?

B) Em vista da participação crescente das comunidades humanas neste processo:

a) há participação na promoção da comunidade?

b) há consciência esclarecida desta participação?

c) promove-se a passagem de massa a povo?

d) ajuda-se na formação de: espírito comunitário?
pequenas comunidades?

grupos dirigentes de mudança?

e) orienta-se a vida da comunidade para a vida da Igreja?
Descentralização?

Encarnação em cada comunidade humana?

Estruturas de base rígidas?

C) Em vista da integração cada vez maior de recursos, métodos e pessoal:

- a) há consciência desta integração?
- b) aproveita-se esta integração ao máximo?
- c) planificação: Extraordinária?
 - Unitária?
 - Fiel?
 - Objetiva?
- d) perante o fenómeno da socialização?
- e) Pastoral de Conjunto?
- f) Aproveitamento dos meios de comunicação social?

Nota: Há muitos pontos além destes. E' preciso insistir ao menos nestes.

O exame global deste tema fica transferido para o Encontro sobre a reforma das estruturas pastorais da América Latina, sob a responsabilidade direta do Departamento de Pastoral de Conjunto do CELAM. Foi inspirado pelas *Conclusões de Mar del Plata*.

Conclusão

E' voz unânime dos participantes que este Encontro do Departamento de Ação Social do CELAM foi altamente positivo. Foi possível estabelecer um período de trabalho profundo, durante o qual foram revistas e atualizadas as *Conclusões de Mar del Plata*. Houve intercâmbio de experiências e uma mais profunda união dos laços de fraternidade e do ideal comum. O Encontro constituiu-se em ponto de partida para uma organização efetiva das Comissões Episcopais de Ação Social e para melhorar o próprio Departamento.

Não é aqui o lugar indicado para uma avaliação exaustiva do Encontro e de seus resultados imediatos. Assinalamos, entretanto, alguns pontos de importância operacional para a articulação de nosso trabalho comum. São «pontos estruturais» sobre os quais virão apoiar-se outras diretrizes e sugestões relativas à aplicação das *Conclusões de Itapoã*. Sobre estes pontos concordaram os delegados dos países representados.

1. Os delegados das Conferências Episcopais ao Encontro de Itapoã devem comunicar a seus respectivos episcopados a realização e os resultados deste Encontro. Tentarão, na medida do possível, que as Conferências Episcopais participem efetivamente no esforço comum para o desenvolvimento e integração da América Latina.

2. Considera-se fundamental e inadiável que as Comissões Episcopais de Ação Social organizem seu próprio serviço executivo. Para começo, que seja ao menos uma Secretaria simples com um elemento permanente. Esta Secretaria será o instrumento da articulação da própria Comissão Episcopal e seu meio básico para os contactos e coordenação de atividades.

3. Um dos passos iniciais será a conscientização e atualização social dos principais dirigentes das várias Igrejas. Me-

recerá particular atenção o Episcopado e o Clero. Cursos para bispos, sacerdotes e leigos constituirão parte substancial desse programa.

4. Empenho imediato deverá ser pôsto na constituição de uma equipe de assessoramento em assuntos de desenvolvimento e integração (destacando os problemas populacionais) que possam atender às Conferências Episcopais e proporcionar elementos para diretrizes pastorais, adaptadas a cada país.

5. Igual empenho será pôsto na canalização de recursos e pessoal para constituir um centro de formação de líderes, em plano nacional ou regional do próprio país, de acordo com as dimensões e necessidades primordiais.

6. Dar especial ênfase à comemoração do 20º aniversário da Proclamação dos Direitos do Homem (Organização das Nações Unidas), atendendo ao apêlo do Santo Padre Paulo VI. Para tanto é necessário rever o que ficou dito no capítulo III — Reformas Básicas para a Transformação das Estruturas, I, Reformas em Geral, B) Diretrizes Práticas, n.6.

7. Constituir em cada país, conforme orientação do Episcopado local, a Comissão Nacional Justiça e Paz, atendendo às sugestões da Comissão Pontifícia. Poderá tratar-se de uma Comissão especialmente constituída ou, devido as circunstâncias particulares, de uma instituição já existente que assumirá o programa da Comissão Justiça e Paz.

8. Caberá especificamente à Secretaria Executiva do Departamento de Ação Social as seguintes tarefas:

1) Estudar e concretizar uma «Regionalização» do Departamento, sobretudo pela descentralização das atividades e pelo aproveitamento de instituições e pessoal existente nas diferentes regiões.

Em princípio as regiões ficarão assim constituídas:

- a) México;
- b) América Central e Caribe;
- c) Região Andina, desde a Venezuela até à Bolívia;
- d) Região Sul (Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai);
- e) Brasil.

2) Estabelecer um sistema de comunicação e intercâmbio entre o Departamento e as Comissões Episcopais, e destas entre si. As regiões poderiam servir de perto a este objetivo.

3) Iniciar um boletim e serviço de publicações próprios.

4) Organizar a preparação dos elementos executivos para as Comissões Episcopais e isto em regime de urgência, através dos três seguintes grupos:

- a) México, América Central e Caribe;
- b) Região Andina;
- c) Região Sul e Brasil.

Não poderíamos terminar este documento sem externar um agradecimento especial ao «Latin America Bureau», órgão da Conferência Episcopal Norte-Americana, que com sua incondicional ajuda, permitiu a realização do Encontro de Itapoã.

Centro de Formação de Líderes de Itapoã,
Arquidiocese de Salvador (Bahia), Brasil,
19 de maio de 1968.

DOM EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES
Presidente do Departamento de Ação
Social do CELAM.

PE. JOSÉ DE ÁVILA AGUIAR COIMBRA
Secretário Executivo do Departamento
de Ação Social do CELAM.

Toda a documentação da Assembléia Extraordinária do CELAM em Mar del Plata (11 a 16 de outubro de 1966) foi publicada no vol. 8 da coleção CERIS, com o título: *A Igreja na América Latina: Desenvolvimento e integração*. As conclusões estão nas pp.203 a 235.

INSTITUTO PASTORAL



BIBLIOTECA

DRI.CELP/DOCEL No.009
America Latina: Acao e Pastoral Sociais
Celam



0004071

Coleção DOCUMENTOS CELAM

Coordenador: Pe. José de Ávila Aguiar Coimbra

«Os Documentos CELAM» contêm as Conclusões a que chegaram os diversos Seminários, Reuniões e Encontros, realizados pelos Departamentos do CELAM.

Já publicados:

- «PRESENÇA ATIVA DA IGREJA NO DESENVOLVIMENTO E NA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA» (Conclusões da X Assembléia Extraordinária do CELAM realizada em Mar del Plata (Argentina) de 11 a 16 de outubro de 1966).
- «A PASTORAL DAS Vocações NA AMÉRICA LATINA À LUZ DO CONCÍLIO VATICANO II» (Primeiro Congresso Latino-americano de Vocações, Lima, Peru 1966. Departamento de Vocações).
- «OS CRISTÃOS E A UNIVERSIDADE» (Seminário de Peritos e Encontro Episcopal, Buga 1967. Departamento de Educação e Pastoral Universitária).
- «AMÉRICA LATINA: AÇÃO E PASTORAL SOCIAIS». (Conclusões de Itapoã).
Texto complementar às Conclusões de Mar del Plata.

Aparecerão em breve:

- «BASES PARA UMA PASTORAL DE CONJUNTO LATINO-AMERICANA» (Primeiro Encontro Episcopal Latino-americano de Pastoral de Conjunto. Baños, Equador 1966).
- «As MISSÕES NA AMÉRICA LATINA: Aspectos Teológicos, Sociológicos e Pastorais» (Primeiro Encontro do Departamento de Missões. Ambato, Equador 1967).
- «OS SEMINÁRIOS LATINO-AMERICANOS À LUZ DO CONCÍLIO» (Encontros do OSLAM e do Departamento de Seminários do CELAM. Lima 1966).
- «IGREJA E COMUNICAÇÃO SOCIAL» (Seminário de Comunicação Social. Lima 1966. Encontros de Montevideu e São José de Costa Rica 1967).

Lançamento da

editôra VOZES limitada

